

**ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA  
DE BENEFICÊNCIA.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.**



## **ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.**

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.**

#### **CONTEÚDO**

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Relatório da Administração**  
**Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência**  
**Registro ANS nº 41753-0**

Campinas, 22 de março de 2021.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência submete à apreciação dos senhores Associados Titulares, o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, devidamente auditados por Auditoria Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência é uma Operadora de Planos de Saúde, com registro definitivo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 41753-0, fundada em 27 de abril de 2010.

***Política de destinação de resultados***

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência foi constituída sob a forma de Associação sem fins lucrativos, cujo eventual resultado econômico não é distribuído, mas sim aplicado integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais da Entidade. Em 2019, face à exigência de cumprimento da Margem de Solvência, a Operadora manteve em seu Patrimônio Líquido o superávit do exercício, não aplicando na manutenção dos seus objetivos institucionais. Dessa forma, em **31 de dezembro de 2020, o total do Superávit de R\$ 1.312.477 foi acumulado ao resultado existente de exercícios anteriores**, perfazendo o montante de Superávits Acumulados, em seu Patrimônio Líquido de **R\$ 46.906.114**.

***Principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” entidade e/ou no resultado do exercício***

A Administração elaborou o orçamento do exercício de 2020 visando redução das despesas administrativas, uma vez que a adoção da modalidade de “*capitation*” no exercício anterior, extensivo aos maiores prestadores, resultou em um impacto positivo para os prestadores assistenciais e conseqüentemente para a Operadora quando do retorno aos atendimentos assim que voltaram à normalidade. Com a adoção do Capital Regulatório, através da adesão do TC Anexo IV da RN 451/2020, a Operadora terá condições de manter o requisito da Margem de Solvência, com o desenvolvimento das melhores práticas da Governança Corporativa, com prazo para conclusão até dezembro de 2022, de acordo com a RN 443/2019 e RN 451/2020.

Diante do cenário atual em relação ao COVID-19 haja vista a possibilidade real de impactos sobre os resultados do ano corrente, a Administração não conseguiu estimar esses impactos, principalmente em relação ao possível aumento sobre os Eventos Indenizáveis Líquidos (Custo / Sinistralidade), no entanto, em análise ao cenário semelhante do ano de 2019, a política de “*capitation*” como modalidade de pagamento visa manter a sinistralidade equalizada.

A Operadora é uma Associação sem fins lucrativos **e não sofreu alteração na organização societária e/ou quaisquer alterações de controle direto ou indireto**.

***Perspectivas para o exercício de 2021***

A ASPB está em fase final no desenvolvimento das melhores práticas de **Governança Corporativa**, em cumprimento à RN 443 de 25 de janeiro de 2019 com **ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde**.

Em 2020 a Operadora estabeleceu práticas internas de segurança da informação, já que atuamos em um setor que lida com dados sensíveis, sobre a saúde dos nossos beneficiários.

Assim, em 2020, reformulamos a área de Segurança da Informação e adotamos medidas de proteção de dados que tem como base a Lei Geral de Proteção de Dados -LGPD.

Agradecendo à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal, aos Prestadores Médicos e Hospitalares pela confiança depositada, com a certeza que seguiremos firmes em direção ao crescimento e fortalecimento desta Associação.

A Diretoria.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA  
Arly de Lara Romêo  
Diretor Executivo

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da  
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência.  
Campinas - SP

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência. (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

---

#### **Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF)**

Conforme nota explicativa nº 26 (Garantias financeiras e TAOEF), em agosto de 2016 a Associação aderiu ao Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF), que entre outras disposições, define itens dos quais a Associação deverá cumprir para sanar anormalidades identificadas em exercícios anteriores. Entre as anormalidades que ensejaram o referido termo, estão a não realização de garantias financeiras e indicadores econômicos e financeiros mínimos, definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O término do prazo para cumprimento do “TAOEF” foi em agosto de 2018. Contudo, a pedido da “Associação”, este prazo foi prorrogado até 31 de agosto de 2019, conforme ofício nº 74/2018, emitido pela ANS.

Em 31 de dezembro de 2019, as anomalias destacadas no TAOEF foram sanadas pela “Associação”. Contudo, o encerramento do mesmo, dependerá de análise e aprovação pela ANS.

Conforme Ofício nº 20/2021, a operadora foi questionada acerca das seguintes situações: (i) comprovantes de depósitos efetuados para o hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (ii) revisão da vida útil dos ativos e valor residual; (iii) Amortização do intangível; (iv) Adesão ao plano de capital baseado em risco. A continuidade do processo do TAOEFF dependerá da análise dos dados do 4º trimestre de 2020 e das respostas da operadora ao referido ofício da ANS.

#### Antecipações de produções médicas

Conforme nota explicativa nº 08 item (i), a “Associação” efetuou antecipações de produções médicas à Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (hospital credenciado), no montante de R\$ 16.735.498. De acordo com a Administração da “Associação”, este saldo será compensado com produções médicas futuras.

A realização deste ativo, depende exclusivamente do cumprimento do acordo firmado entre as partes.

#### Impacto do Corona Vírus (COVID-19) sobre as demonstrações financeiras

Conforme nota explicativa nº 30, diante do cenário atual em relação ao “novo corona vírus”, haja vista a possibilidade real de impactos sobre os resultados do ano corrente, a Administração vem monitorando estes impactos, principalmente em relação ao possível aumento sobre os Eventos Indenizáveis Líquidos (Custo / Sinistralidade).

#### Outros assuntos

---

##### Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria foi emitido e datado de 17 de março de 2020, com ênfase sobre o TAOEF, antecipações de produções médicas e impactos do Corona Vírus (COVID-19) sobre as demonstrações financeiras.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

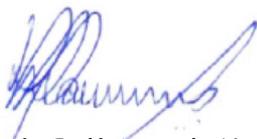
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2021.

Evolução Auditores Independentes S.S Ilimitada  
CVM nº 12.602  
CRC 2SP027695/O-7

Alexandre Ferretti Reginaldo  
Sócio-contador  
CRC 1SP254620/O-0



Danilo Del' Arco do Nascimento  
Contador  
CRC 1SP272005/O-0

QUADRO 1

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2020	2019	PASSIVO	nota	2020	2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>82.000.409</b>	<b>70.988.259</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>29.532.694</b>	<b>36.168.690</b>
Disponível	5	239.826	194.236	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	12	20.180.410	19.247.407
Realizável				Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	12 (i)	1.253.603	1.255.329
Aplicações Financeiras	6	58.898.707	46.282.898	Provisão de eventos a liquidar	12 (ii)	10.632.758	9.241.120
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		16.455.961	16.147.347	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	12 (iii)	3.956.235	4.250.089
Aplicações livres		42.442.746	30.135.551	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12 (iv)	4.337.814	4.500.869
Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	7	18.267.286	16.484.823	Debitos de operações de assistência a saúde	13	118.780	1.019.719
Contraprestações Pecuniárias a Receber	-	12.307.070	16.403.448	Contraprestações a restituir		114.175	72.582
Participação de beneficiários em eventos e sinistros		62.151	80.602	Comercialização sobre operações		4.605	947.137
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência a Saúde	-	5.898.065	773	Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde			
Creditos Tributários e Previdenciarios	-	495.955	311.452	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	14	670.669	832.320
Bens e Títulos a Receber	8	4.091.487	7.711.345	Outros tributos e contribuições a recolher	15	1.333.341	2.239.520
Despesa Antecipada	-	7.148	3.505	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	3.265.226	11.255.784
				Débitos diversos	17	3.964.268	1.573.940
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>31.996.930</b>	<b>31.232.697</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>20.053.581</b>	<b>2.953.679</b>
Realizavel a Longo Prazo	-	27.320.106	24.051.583	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à saúde			
Depósitos judiciais	9	9.330.770	9.330.770	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	-	332.795	336.216
Creditos Tributários e Previdenciarios	-	200.694	200.694	Provisões			
Bens e Títulos a receber	8	17.788.642	14.520.119	Provisões de ações judiciais	18	288.388	297.736
Investimentos		930.870	778.318	Tributos e encargos sociais a recolher			
Imobilizado	10	3.745.954	3.907.651	Parcelamento de tributos e contribuições	-	322.467	552.802
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	-	2.200.000	2.200.000	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	17.943.264	1.766.925
Bens Móveis - Não Hospitalares	-	1.545.954	1.707.651	Débitos diversos	17	1.166.667	-
Intangível	11	-	2.495.145	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>64.411.064</b>	<b>63.098.587</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>113.997.339</b>	<b>102.220.956</b>	Patrimônio social	19	17.403.323	17.403.323
				AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	101.627	101.627
				Superávit acumulado	-	46.906.114	45.593.637
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>113.997.339</b>	<b>102.220.956</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.  
(Valores expressos em reais)

	nota	2020	2019
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	-	296.900.489	261.465.897
<b>RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>	-	<b>299.722.658</b>	<b>264.481.487</b>
Contraprestações Líquidas	-	299.722.658	264.481.487
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	(2.822.169)	(3.015.590)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>		<b>(226.616.240)</b>	<b>(196.061.879)</b>
Eventos Conhecidos e Avisados	20.1	(228.040.970)	(197.132.379)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	-	1.424.730	1.070.500
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>		<b>70.284.249</b>	<b>65.404.018</b>
<b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>	21	<b>229.649</b>	<b>12.161.394</b>
<b>Receitas Oper. De Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>-</b>	<b>554.212</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	-	554.212
<b>Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>(11.476.858)</b>	<b>(4.553.782)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	(2.435.724)	(2.716.375)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(9.041.134)	(1.837.407)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	-	(268.188)	(424.597)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>58.768.852</b>	<b>73.141.245</b>
Despesas de Comercialização	-	(19.710.670)	(15.152.063)
Despesas Administrativas	22	(37.970.803)	(37.682.973)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>(5.487)</b>	<b>3.301.399</b>
Receitas Financeiras	23	6.656.783	10.461.242
Despesas Financeiras	24	(6.662.270)	(7.159.843)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>230.585</b>	<b>8.408.784</b>
Receitas Patrimoniais	25	230.585	8.408.784
Despesas Patrimoniais	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>1.312.477</b>	<b>32.016.392</b>
Imposto de Renda	-	-	-
Contribuição Social	-	-	-
Participações no Resultado	-	-	-
<b>RESULTADO DEPOIS DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>1.312.477</b>	<b>32.016.392</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

**Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.**  
(Valores expressos em reais)

	2020	2019
Superávit (déficit) líquido do exercício	1.312.477	32.016.392
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>1.312.477</u>	<u>32.016.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

**Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.  
(Valores expressos em reais)**

	Patrimônio social	Adiantamento para aumento de patrimônio social	Superávits acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	903.323	101.627	13.577.245
Aporte de fundo social	16.500.000		
Superávit do exercício	-	-	32.016.392
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	17.403.323	101.627	45.593.637
Superávit do exercício	-	-	1.312.477
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	17.403.323	101.627	46.906.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

**Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (método direto)**

(Valores expressos em reais)

	2020	2019
		Reapresentado
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>13.745.793</b>	<b>(3.249.835)</b>
Recebimentos de Plano Saúde (+)	274.601.973	249.877.648
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	-	-
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	(200.985.611)	(181.316.283)
Pagamentos de Comissões (-)	(16.500.061)	(13.791.930)
Pagamentos de Pessoal (-)	(85.235)	(44.382)
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	(5.899.250)	(9.129.583)
Pagamentos de Tributos (-)	(16.075.508)	(18.933.382)
Pagamentos de Processos Judiciais (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(78.010)	-
Pagamentos de Aluguel (-)	(387.508)	(294.633)
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	(801.712)	(1.203.927)
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(20.043.285)	(28.413.363)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(761.244)</b>	<b>(482.958)</b>
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)	(182.578)	-
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	(578.666)	(402.472)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento (-)	-	(80.486)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(12.938.959)</b>	<b>3.884.598</b>
Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)	-	26.653.499
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento (+)	-	32.989.372
Pagamentos de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(1.791.685)	(1.313.480)
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(3.693.293)	(53.336.292)
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)	(7.453.981)	(1.108.501)
<b>CAIXA LIQUÍDO</b>	<b>45.590</b>	<b>151.805</b>
<b>Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira)</b>	<b>45.590</b>	<b>151.805</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no início do exercício</b>	<b>194.236</b>	<b>42.431</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no final do exercício</b>	<b>239.826</b>	<b>194.236</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019. (Valores expressos em reais)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência doravante “Associação” ou “Entidade”, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída em assembleia geral em 27 de abril de 2010, com registro na ANS (Agencia Nacional de Saúde Suplementar) sob nº 41753-0. A Entidade tem por objetivo a operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde. Sua área de ação e comercialização abrange o município de Campinas e Região, onde está localizada sua sede administrativa. Por se tratar se entidade associativa e com caráter assistencial, goza de privilégios tributários constitucionais e legais para a espécie.

A Companhia assinou Termo de Assunção de Obrigações Econômico e Financeiras (“TAOEF”) aprovado pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme processo nº 33902.024721/2011-61, ofício nº 1159/2016 de 05 de setembro de 2016, por prazo de 24 meses, encerrando-se em agosto de 2018. Conforme ofício nº 74/2018 emitido pela ANS, o prazo para cumprimento do TAOEF foi prorrogado para 31 de agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, as anomalias destacadas no TAOEF foram sanadas pela “Associação”. Contudo, o encerramento do mesmo, dependerá de análise e aprovação pela ANS.

Conforme Ofício nº 20/2021, a operadora foi questionada acerca das seguintes situações: (i) comprovantes de depósitos efetuados para o hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (ii) revisão da vida útil dos ativos e valor residual; (iii) Amortização do intangível; (iv) Adesão ao plano de capital baseado em risco.

A continuidade do processo do TAOEFF dependerá da análise dos dados do 4º trimestre de 2020 e das respostas da operadora ao referido ofício da ANS.

## **2. AMBIENTE REGULATÓRIO**

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Associação está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

## **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 - lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09. A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2021.

## **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

### **4.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

### **4.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) Provisões para passivos contingentes e v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

#### 4.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

#### 4.4 ATIVOS CIRCULANTES

##### a) Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

##### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

##### c) Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.

Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

##### d) Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por antecipação a fornecedores.

#### 4.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

##### e) Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

##### f) Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de aquisição de carteira de cliente; e direitos de uso do *software*, ambos líquidos de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

##### g) Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

#### 4.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

#### 4.7 PASSIVOS CIRCULANTES

##### 4.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela OPS de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos e no caso de ressarcimento ao SUS no momento do recebimento do ABI - Aviso de Beneficiário Identificado. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

##### 4.7.2 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

Em 2015 a Associação calculava a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS - RN 209/09 (art. 3º) e alterações posteriores.

A partir do ano de 2016 a Associação passou a utilizar metodologia de cálculo para PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados própria, por meio de nota técnica atuarial, apresentando um montante no exercício de 2020 constituído de R\$ 4.337.814.

##### 4.7.3 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela RN 314/12, caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

#### 4.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

#### 4.9 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/12 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método indireto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

#### 5. DISPONIVEL

	2020	2018
Caixa	-	11.041
Bancos	239.826	183.195
	<u>239.826</u>	<u>194.236</u>

#### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2019
Banco do Brasil Fundo dedicado à ANS - PEONA ( i )	16.455.961	16.147.347
Aplicações CDB	42.442.746	30.135.551
	<u>58.898.707</u>	<u>46.282.898</u>

- (i) A Entidade investe em um fundo dedicado a receber recursos de operadoras de planos de saúde, devidamente registradas na ANS, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas.

## 7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	2020	2019
Mensalidade a receber	18.504.684	11.261.003
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	(3.554.847)	(2.555.328)
Faturas a receber	5.826.665	9.649.386
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	(2.509.216)	(1.870.238)
	<u>18.267.286</u>	<u>16.484.823</u>

## 8. BENS E TITULOS A RECEBER

	2020	2019
Confissão de dívida - rede credenciada (i)	3.346.762	2.004.045
Venda de carteira para empresa de cobrança (ii)	660.094	-
Adiantamentos a fornecedores	84.631	517.951
Pagamento de parcelamento não diferido pela ANS (iii)	-	5.189.349
	<u>4.091.487</u>	<u>7.711.345</u>
Confissão de dívida - rede credenciada (i)	13.388.736	8.016.179
Venda de carteira para empresa de cobrança (ii)	4.399.906	6.503.940
	<u>17.788.642</u>	<u>14.520.119</u>

- (i) Refere-se a adiantamentos de produção médica junto a rede credenciada. A Operadora efetuou parcelamento junto ao hospital, reclassificando para o ativo não circulante os valores relativos as parcelas com vencimento a partir de janeiro de 2021, conforme o Primeiro Aditivo ao Termo de Confissão de Dívida datado de 01 de abril de 2020.
- (ii) Refere-se a venda de direitos creditórios oriundos de contratos de assistência à saúde cancelados por inadimplência com a respectiva realização em 92 parcelas. O valor da venda da carteira conforme contrato pactuado com a empresa JRN Assumpção Cobranças Ltda (Grupo Cob) considerando o deságio de 20%, totaliza R\$ 5.335.758,52. Em 13 de março de 2020 a referida empresa protocolou um pedido de suspensão do pagamento das parcelas em virtude da pandemia causada pelo novo corona vírus (COVID-19) até o término da pandemia, o qual foi acatado e assinado por ambas a partes o termo aditivo contratual em 17 de março de 2020.
- (iii) O montante registrado em 2019 refere-se a valores pagos a título de parcelamento cujos montantes não haviam sido deferidos pela ANS até aquela data.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a integralmente a depósitos judiciais realizados para contestação de valores devidos de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja discussão consiste no cálculo sobre as contraprestações, deduzidas dos custos assistenciais.

## 10. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2020	2019
Imóveis de uso	2.200.000	(601.335)	1.598.665	1.686.665
Móveis e utensílios não hospitalares	155.820	(97.745)	58.075	73.672
Móveis e utensílios	303.630	-	303.630	112.183
Equipamentos de informática	1.606.954	(821.173)	785.781	862.584
Maquinas e equipamentos	1.559.175	(559.372)	999.803	1.172.547
	<b>5.825.579</b>	<b>(2.079.625)</b>	<b>3.745.954</b>	<b>3.907.651</b>

### Mapa de movimentação do imobilizado

Custos	2019			2020
	Final	Adições	Baixas	Final
Imóveis de uso	2.200.000	-	-	2.200.000
Móveis e utensílios não hospitalares	155.820	-	-	155.820
Móveis e utensílios	112.183	191.447	-	303.630
Equipamentos de informática	1.384.788	222.166	-	1.606.954
Maquinas e equipamentos	1.554.916	4.259	-	1.559.175
	<b>5.407.707</b>	<b>417.872</b>	<b>-</b>	<b>5.825.579</b>
Depreciação acumulada				
Imóveis de uso	(513.335)	(88.000)	-	(601.335)
Móveis e utensílios não hospitalares	(82.148)	(15.597)	-	(97.745)
Equipamentos de informática	(522.204)	(298.969)	-	(821.173)
Maquinas e equipamentos	(382.369)	(177.003)	-	(559.372)
	<b>(1.500.056)</b>	<b>(579.569)</b>	<b>-</b>	<b>(2.079.625)</b>
Imobilizado líquido	<b>3.907.651</b>	<b>(161.697)</b>	<b>-</b>	<b>3.745.954</b>

## 11. INTANGIVEL

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2020	2019
Aquisição de carteira de plano de assistência à saúde	33.000.000	(33.000.000)	-	2.400.000
Direitos de uso de software	95.145	(95.145)	-	95.145
	<u>33.095.145</u>	<u>(33.095.145)</u>	<u>-</u>	<u>2.495.145</u>

## 12. PROVISÕES TÉCNICAS

	2020	2019
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	1.253.603	1.255.329
Provisão de eventos a liquidar	10.632.758	9.241.120
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	3.956.235	4.250.089
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	4.337.814	4.500.869
	<u>20.180.410</u>	<u>19.247.407</u>

### i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Definida pela RN 314/12, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

### ii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

### iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

A Entidade registra nessa rubrica eventos referentes a ressarcimento de despesas médicas ao SUS.

iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, alterado pela RN 274, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2008.

**13. DEBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contraprestações - recebimento antecipado	114.175	72.582
Comissões a pagar	4.605	947.137
	<u>118.780</u>	<u>1.019.719</u>

**14. OUTROS DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores de materiais e medicamentos	670.669	832.320
	<u>670.669</u>	<u>832.320</u>

**15. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
ISSQN retido sobre produção médica	508.773	802.344
Contribuições retidas - produção médica	409.981	425.928
IRRF	181.740	173.504
Parcelamento ISS	138.200	138.200
ISSQN retido de terceiros	90.671	92.457
INSS retido	3.976	6.448
ISSQN a recolher	-	598.868
INSS sobre a folha a recolher	-	1.771
	<u>1.333.341</u>	<u>2.239.520</u>

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2019
2015100373	UNI INFRAESTRTURA - POS LIB VARIAVEL	0,50%	6,17%	30/11/2015	30/10/2020	60	862.661	171.758	-	171.758
2016100508	UNIWORK CAPITAL DE GIRO - LONGO PRAZO	1,20%	15,39%	26/01/2018	28/02/2027	120	1.500.000	175.070	1.079.597	1.254.667
2016100339	UNIWORK CAPITAL DE GIRO - LONGO PRAZO	1,20%	15,39%	26/01/2018	30/09/2021	60	1.300.000	330.636	247.977	578.613
2017250413	CONTA GARANTIDA	0,70%	8,73%	30/08/2017	*	*	2.000.000	3.996.613	-	3.996.613
2019100587	UNIWORK ROTATIVO	1,89%	25,19%	16/12/2019	17/11/2020	11	6.000.000	6.005.603	-	6.005.603
00A0028123	ARRENDAMENTO MERCANTIL	1,89%	22,68%	16/12/2019	16/12/2023	48	862.802	215.700	439.351	655.051
	CONTA GARANTIDA	8,00%	151,82%	*	*	*	*	360.404	-	360.404
								<b>11.255.784</b>	<b>1.766.925</b>	<b>13.022.709</b>

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2020
91580-9	CAPITAL DE GIRO	0,88%	10,56%	16/09/2020	16/09/2024	48	6.080.000	1.302.857	4.777.142	6.079.999
270393920	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	30/10/2020	30/09/2025	60	5.000.000	622.000	4.378.000	5.000.000
270394020	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	25/09/2020	30/09/2025	60	10.000.000	1.244.000	8.756.000	10.000.000
065/19	ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,05%	0,60%	25/05/2020	25/04/2022	23	230.488	96.369	32.122	128.491
								<b>3.265.226</b>	<b>17.943.264</b>	<b>21.208.490</b>

## 17. DÉBITOS DIVERSOS

	2020	2019
Fornecedores e prestadores de serviços	3.230.227	710.159
Nota crédito	716.184	719.857
Depósitos não identificados	10.858	13.600
Outros debitos	6.132	128.032
Reembolso mensalidade	867	2.292
	<u>3.964.268</u>	<u>1.573.940</u>
Circulante	<u>3.964.268</u>	<u>1.573.940</u>
Fornecedores e prestadores de serviços (i)	<u>1.166.667</u>	-
Não circulante	<u>1.166.667</u>	-

(i) Valor correspondente as parcelas de longo prazo em virtude do acordo "Termo de Confissão de Dívida" celebrado em 14 de agosto de 2020 com os prestadores Unicardio e Hemotech no valor mensal de R\$ 166.667 com vencimento em julho de 2022.

## 18. PROVISÕES JUDICIAIS - CONTINGÊNCIAS

	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Remota
Administrativo (ANS)	94.800	45.000	2.134.602
Contingências cíveis	174.958	1.029.361	94.878
	<u>269.758</u>	<u>1.074.361</u>	<u>2.229.480</u>
Valor provisionado	288.388		
Suficiência de provisão	18.630		

Os processos cíveis classificados como perda possível referem-se em sua maioria a ações de danos morais e erros médicos e os processos administrativos por multas e autos de infrações diversos aplicados pela ANS.

Em 31 de dezembro de 2020, as movimentações das provisões para contingências estavam assim apresentadas:

Contingências Administrativas (ANS)	2020
Saldo em 31/12/2019	128.915
Constituição	-
Reversões	(34.115)
	94.800
Saldo em 31/12/2020	94.800
Contingências Cíveis	2020
Saldo em 31/12/2019	150.060
Constituição	24.898
Reversões	-
	174.958
Saldo em 31/12/2020	174.958

## 19. PATRIMONIO SOCIAL

Conforme estabelecido em ata da administração com a data de 01 de agosto de 2019, a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma associada da Associação de Saúde Beneficência Portuguesa, que em conformidade com as disposições estatutárias artigo 30, alíneas "b", "c" e "d", recebeu da Real Sociedade Beneficência o aporte de Fundo Social no montante de R\$ 16.500.000,00, cujo aumento foi refletido no patrimônio social da Associação e nas aplicações financeiras livres da Operadora, com a finalidade de contribuir para o complemento da Margem de Solvência, obrigação regulatória instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - Lei 9656/98.

## 20. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

### 20.1 - EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

Os eventos conhecidos e avisados representam o custo da operadora em relação aos serviços utilizados pelos beneficiários.

	2020	2019
Honorários médicos	(98.233.004)	(91.986.854)
Terapias	(89.105.867)	(60.374.198)
Exames	(31.698.867)	(44.707.275)
Ressarcimento ao SUS	(8.887.207)	-
Demais despesas assistenciais	(116.025)	(64.052)
	<u>(228.040.970)</u>	<u>(197.132.379)</u>

### 20.2 - EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

Quadro auxiliar de eventos médicos hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar, conforme determinação da ANS - RN nº 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º. Trimestre de 2020 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE no. 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Demais despesas	TOTAL
Rede própria	-	-	-	-	-	-
Rede contratada	98.233.005	31.698.867	594.378	88.511.488	116.025	219.153.763
Reembolso	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio eventual	-	-	-	-	-	-
Outras formas de pagamento	-	-	-	-	-	-
Atendimento em Corresponsabilidade						
Ressarcimento ao SUS	8.887.207	-	-	-	-	8.887.207
	<u>107.120.212</u>	<u>31.698.867</u>	<u>594.378</u>	<u>88.511.488</u>	<u>116.025</u>	<u>228.040.970</u>

## 21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas de planos de assistência à saúde (i)	140.566	3.021.882
Multa de cancelamento de contrato	89.083	-
Venda de títulos vencidos para empresa de cobrança (ii)	-	6.669.698
Reversão de PPSC (iii)	-	2.469.814
	<u>229.649</u>	<u>12.161.394</u>

As principais variações devem-se aos seguintes fatores específicos do exercício de 2019:

- (i) Em 2019 foram registradas Receitas oriundas de multas contratuais, segunda via de carteirinha.
- (ii) Em 2019, ocorreu a venda de direitos creditórios oriundos de contratos de assistência à saúde cancelados por inadimplência, em cobrança a mais de 12 meses, para a empresa de cobrança JRN Assumpção Cobranças Ltda (Grupo Cob) com deságio de 20%, a liquidar em 92 parcelas.
- (iii) Em 2019 houve a reversão de valores lançados a maior da PPSC de exercícios anteriores.

## 22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Direitos de imagem	(10.614.266)	(9.256.852)
Honorários e consultoria	(9.939.849)	(9.742.043)
PPSC (perda de clientes)	(3.621.702)	(972.976)
Serviços PJ	(3.573.509)	(4.131.401)
Amortização de carteira de clientes	(2.495.145)	(2.400.000)
Baixa de adiantamentos a fornecedores	(1.624.828)	(4.511.145)
ISSQN	(1.577.379)	(2.174.439)
Publicidade e propaganda	(775.922)	(1.227.816)
Depreciação	(579.569)	(436.812)
Aluguel	(367.546)	(278.055)
Despesas administrativas	(365.705)	-
Manutenção e reparos	(317.570)	(300.074)
Vigilância	(308.202)	(294.277)
Materiais de escritório	(285.715)	(301.444)
Telefones e correios	(252.745)	(142.932)
Outras despesas	(244.978)	(137.854)
Taxa de saúde suplementar	(237.896)	(347.711)
Refeições	(186.857)	(207.240)
INSS autonomo	(152.599)	(233.696)
Acordos civis	(110.456)	(135.639)
Água, luz e gas	(87.116)	(79.474)
Contribuições assistenciais	(79.683)	(56.467)
IPTU	(53.468)	(50.852)
Salários	(49.017)	(50.271)
Transportes	(42.797)	(59.136)
Multas	(14.410)	(13.209)
IRRF sobre aplicações financeiras	(8.617)	(3.675)
Despesas Judiciais	(2.665)	(129.527)
Legais	(592)	(7.956)
	<u>(37.970.803)</u>	<u>(37.682.973)</u>

A principal redução nas despesas administrativas, de forma geral, relaciona-se com a redução dos gastos com serviços prestados por terceiros - pessoas jurídicas e dos gastos relativos a despesas judiciais. Os principais aumentos nas despesas administrativas destacam-se os gastos com telefones e correios, gastos com contribuições assistenciais, manutenções e reparos, gastos com vigilância, gastos com energia elétrica, água e esgoto.

## 23. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Descontos obtidos	2.932.309	1.419.399
Juros recebidos	1.495.741	1.428.618
Rendimentos aplicações financeiras	1.241.827	1.629.589
Outras receitas (i)	986.906	5.981.410
Atualização de depósitos judiciais	-	2.226
	<u>6.656.783</u>	<u>10.461.242</u>

(i) Em junho de 2019 foi recebido o montante de R\$ 6.000.000 da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência em virtude de acertos de produções médicas cobradas a maior referente ao exercício de 2017.

## 24. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Descontos concedidos	(3.058.105)	(3.042.605)
Juros sobre empréstimos	(2.348.026)	(1.936.896)
Tarifa bancária	(794.882)	(792.847)
Juros e multa	(226.372)	(294.601)
IOF	(123.708)	(335.624)
Juros sobre tributos	(111.177)	(757.270)
	<u>(6.662.270)</u>	<u>(7.159.843)</u>

A redução das despesas financeiras no exercício de 2020 são decorrentes principalmente da redução do pagamento de juros sobre tributos no exercício de 2020, bem como redução nas despesas de IOF sobre operações de crédito, seguros e aplicações financeiras. Nota-se um aumento relativo aos juros sobre empréstimos em decorrência da captação de 4 novos contratos nas modalidades de Capital de Giro e Arrendamento Mercantil, conforme evidenciado na nota explicativa nº 15.

## 25. RECEITAS PATRIMONIAIS

	2020	2019
Sobras de cotas de investimentos	197.724	100.863
Receitas eventuais	32.861	20.533
Reversão de ISSQN (i)	-	8.287.388
	<u>230.585</u>	<u>8.408.784</u>

(i) Em junho de 2019 foi efetuado a reversão do parcelamento do tributo ISS contabilizado a maior no passivo em virtude da conclusão e apuração dos valores contidos no Termo de Fiscalização junto a Prefeitura Municipal de Campinas.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade, são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco.

## 27. GARANTIAS FINANCEIRAS E TAOEF

Em agosto de 2016 a Companhia aderiu ao Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”) junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com o compromisso de corrigir as anormalidades apontadas no período de 24 meses. O término do prazo para cumprimento deste termo seria em agosto de 2018. Contudo, conforme ofício nº 74/2018, a ANS prorrogou o prazo do cumprimento do “TAOF” até 31 de agosto de 2019.

A Associação constituiu em 2019 ativos garantidores com aplicações financeiras suficientes para lastrear provisões técnicas e de eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias, cujas movimentações seguem regras estabelecidas pela ANS.

Em 17 de março de 2021 a Associação foi notificada através do Ofício 20/2021 sendo questionada sobre algumas situações, que serão respondidas pela Operadora. A continuidade do TAOEFF dependerá da análise das informações financeiras do 4º trimestre de 2020, bem como das repostas ao Ofício 20/2021 pela ANS.

## 28. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL COM O RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, abaixo demonstramos a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	2020	2019
		Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais Resultado Líquido	1.312.477	32.016.392
Depreciações	579.569	424.794
Amortizações	2.495.145	2.400.000
PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	(163.055)	(878.125)
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	(1.726)	804.973
Provisão de eventos a liquidar	1.391.638	690.614
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	8.699.751	(11.068.519)
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	(297.275)	(192.374)
Provisões para contingências	(9.348)	17.476
Resultado Líquido Ajustado	<u>14.007.176</u>	<u>24.215.231</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>(1.619.274)</u>	<u>(21.868.364)</u>
Contraprestações Pecuniárias a Receber	4.114.829	(7.022.242)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	(5.897.292)	52
Créditos Tributários e Previdenciários	(184.503)	(310.144)
Bens e Títulos a Receber - circulante	3.616.215	730.348
Depósitos judiciais	-	(746.259)
Bens e Títulos a receber - não circulante	(3.268.523)	(14.520.119)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>1.357.891</u>	<u>(5.596.702)</u>
Débitos de operações de assistência a saúde	(1.062.590)	575.456
Outros tributos e contribuições a recolher - circulante	(906.179)	(118.061)
Débitos diversos	3.556.995	1.037.974
Outros tributos e contribuições a recolher - não circulante	(230.335)	(7.092.071)
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método indireto)	13.745.793	(3.249.835)
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método Direto)	13.745.793	(3.249.835)

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não houveram eventos subsequentes que devam ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

### 30. IMPACTOS DO COVID-19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia-a-dia das pessoas.

O segmento de atuação da Associação é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações no Brasil, bem como planos de ações e medidas de precaução para disseminação da doença.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, a pandemia não impactou os resultados financeiros da Associação e não deve impactar após o período de crise, diante de todo o planejamento operacional e financeiro previamente realizado. As ações mitigadoras incluíram: (i) o formato de trabalho home office, bem como o afastamento imediato e o tratamento de colaboradores com sintomas gripais; (ii) utilização de telemedicina para orientação e realização de consultas com seus beneficiários; (iii) comunicação com seus clientes, rede credenciada e com a sociedade em geral para a prevenção da disseminação do vírus.

A Associação continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e está seguindo todos os protocolos de segurança exigidos pelos órgãos de saúde competentes.

\* \* \*